

ÁLVARO VIEIRA PINTO: REFERENCIAS FILOSÓFICAS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA

Gionara Tauchen¹

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo compreender e analisar os problemas epistemológicos e filosóficos referentes ao processo de produção da pesquisa científica a partir das sistematizações de Álvaro Vieira Pinto. O empenho deste filósofo brasileiro em buscar um roteiro cognitivo capaz de historiar e instrumentar idéias e ações necessárias ao desenvolvimento nacional, desencadeou reflexões sobre trabalho, ciência, tecnologia, educação e cultura, entre outros. A partir das suas teses sobre o desenvolvimento nacional, pretendemos mapear os conceitos fundamentais a esta relacionados, destacando a atualidade de suas referências filosóficas para a pesquisa científica.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional. Ideologia. Pesquisa.

A pesquisa científica e a constituição do pesquisador

A pesquisa científica constitui um tema cuja consideração o trabalhador científico não pode deixar de se dedicar. A reflexão sobre o trabalho que realiza - os fundamentos existenciais, os suportes sociais e materiais e as finalidades culturais que o explicam - levantam problemas epistemológicos que se referem ao processo de pesquisa científica. Estes não podem ficar à parte do interesse intelectual pesquisador pois, a natureza do seu trabalho é “constitutiva da própria realidade individual”.

Álvaro Vieira Pinto sistematiza, em *Ciência e existência* (1979), reflexões sobre os problemas filosóficos da pesquisa científica. Suas considerações são resultado de uma meditação que procurou esclarecer-se com a contribuição da filosofia, apoiada a sua experiência pessoal de pesquisador.

Para o país que precisa libertar-se política, econômica e culturalmente das peias do atraso e servidão, a apropriação da ciência, a possibilidade de fazê-la não apenas por si mas para si, é condição vital para a superação da etapa da cultura reflexa, vegetativa, emprestada, imitativa, e a entrada em nova fase histórica que se caracterizará

¹ Doutoranda em Educação pela PUC/RS. Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS/Vacaria. Contato: gionara-tauchen@uergs.edu.br

exatamente pela capacidade, adquirida pelo homem, de tirar de si as idéias de que necessita para compreender a si próprio tal como é e para explorar o mundo que lhe pertence, em benefício fundamentalmente de si mesmo (Pinto, 1979, p. 04).

Ao se referir ao homem, não se trata do homem individual, mas do “homem na condição de ser social”. Considerava que a filosofia da pesquisa científica, que incorpora reflexões sobre a metodologia da investigação, a lógica do raciocínio científico e a sociologia da ciência, é indispensável à formação da consciência do trabalhador científico.

No seu entender, a pesquisa científica deve ser mediação e a construção de uma sociedade melhor seu objetivo absoluto. Nesta perspectiva última, “a criação de uma sociedade justa e humana é o objetivo imediato, final, incondicionado, para o qual o pesquisador tem de contribuir com seu trabalho de estudo e descoberta” (Pinto, 1979, p. 535). Daí a inevitabilidade do seu papel político na humanização da existência, participando da luta pela solução de seus problemas, pela supressão das contradições sanáveis, as que opõem os homens uns contra os outros.

Segundo Vieira Pinto, “o pesquisador científico só existe, em caráter especializado, como um homem histórico” (ibid, p. 533). Sendo a pesquisa um produto da consciência do trabalhador, tudo que por ela é revelado e criado se revestirá de caráter histórico. Assim, neste momento, é necessário tomar em consideração os fatos e ocorrências históricas que nos permitem uma qualificação de origem consciente das contribuições filosóficas de Álvaro Vieira Pinto. Quais os marcos fundamentais da sua história? Quais as conexões entre a pesquisa científica e a ideologia do desenvolvimento nacional?

Quem era Álvaro Vieira Pinto?

Álvaro Vieira Pinto foi aluno do colégio dos jesuítas, o Santo Inácio no Rio de Janeiro. Com 14 anos ingressou na Faculdade Nacional de Medicina. Logo depois, começou a dar aulas num colégio de freiras – aulas de filosofia e física – para ajudar no sustento da família. Em 1934, Vieira Pinto matriculou-se na Ação Integralista Brasileira, onde se aproximou da questão social sob o impacto do tema “identidade nacional”, marcado pela efervescência da Semana de Arte Moderna.

Mais tarde, devido à inclinação filosófica, começou a dar aulas na Faculdade de Filosofia (DF) que, mais tarde, deu origem a Faculdade Nacional de Filosofia.

Comecei a dar cursos sobre lógica matemática, mas um ano depois veio a guerra, houve a vaga na cadeira de História da Filosofia por causa de uma mudança de professores que saíram porque eram alemães e eu era o único na assistente na cadeira de Filosofia, sendo então nomeado professor substituto em história da filosofia (Pinto, 2001, p.14).

Vieira Pinto não havia feito nenhum curso de Filosofia, mas era um autodidata. Depois de quatro anos na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1949, foi à Europa estudar na Sorbone. Em 1951, quando retornou para o Brasil, prestou concurso e foi nomeado professor catedrático. Como professor de História da Filosofia, sua “orientação era exclusivamente pragmática”, isto é, idealista. Mais tarde esta orientação começou a mudar.

Em 1955, a convite de Roland Corbisier, começou seu trabalho no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), onde passou a tomar uma “orientação mais objetivista, menos idealista e deixando de lado aquela forma clássica de ensinar História da Filosofia, que era puramente repetir o que o outro disse. Passei a fazer uma exposição sobre o autor e depois a crítica” (Pinto, 2001, p. 17).

As raízes integralistas e os qualificativos católicos de Vieira Pinto foram levados em consideração pelos sujeitos que lhe ofereceram espaço acadêmico na Faculdade de Filosofia e no ISEB. No entanto, sua trajetória intelectual não foi marcada pela cristalização de posturas, mas pelo rompimento e mudanças no seu pensamento. Freitas (1998) considera três marcos como sendo fundamentais para a compreensão da obra de Vieira Pinto: a origem integralista; o ISEB e a Faculdade de Filosofia; e o período do exílio onde se tornou estudioso da antropologia e demografia. Destes, o mais importante, foi o ISEB.

O ISEB e os problemas da época

Em 1952, um grupo de intelectuais brasileiros unia-se por meio de estudos sobre “problemas da época”. Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, entre outros, tentaram construir uma imagem institucionalizada do grupo que, no ano seguinte, fundaria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), entidade civil que congregava intelectuais e

técnicos governamentais. Além de promover, desde 1952, seminários sobre a conjuntura político-econômica do país, o IBESP editou, entre 1953 e 1956, na cidade do Rio de Janeiro, cinco números da revista *Cadernos de Nosso Tempo*. As reflexões que vieram a público marcaram a base conceitual dos que permaneceram mais tempo no posterior Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O grupo já revelava uma visão particular sobre o papel da ideologia na condução do futuro do país.

Anísio Teixeira, diretor da CAPES desde 1951, concordou em financiar o IBESP, tornando-o órgão permanente do Ministério da Educação. De acordo com Freitas (1998, p. 55), “com estatuto próprio, o IBESP, a partir de 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 57.608 assinado pelo presidente João Café Filho, passou a ser o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB”.

A estrutura do ISEB constava de cinco Departamentos. À época de sua criação, eram eles: Ciência Política, chefiado por Hélio Jaguaribe; Economia, Ewaldo Correia Lima; Filosofia, Álvaro Vieira Pinto; História, por Candido Mendes de Almeida; e Sociologia, Alberto Guerreiro Ramos. Desde seus primeiros anos, além da publicação de livros e da realização de seminários e debates públicos, o ISEB se notabilizou por ser um centro de formação política e ideológica, de orientação democrática e reformista.

O Instituto foi criado para servir de instrumento para uma ação eficaz no processo político do país, reunindo intelectuais, de distintas orientações teóricas e ideológicas - nele conviviam liberais, comunistas, social-democratas e católicos progressistas. Pode-se dizer que no Instituto se confrontavam simpatizantes do marxismo, do existencialismo de Sartre, da fenomenologia de Jaspers e de outras correntes filosóficas e sociológicas. No entanto, os intelectuais convergiam na convicção de que, por meio do debate e do confronto das idéias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O nacional-desenvolvimentismo foi, então, concebido como essa ideologia-síntese.

O ISEB passou, no entanto, pela relevância das questões debatidas e enfrentadas, por duas fases: a da criação, que praticamente coincide com o “período desenvolvimentista” de JK (1955-1960), e o último ISEB que acompanha os anos de João Goulart na presidência da República.

O chamado “último ISEB”, em que aparece com maior ênfase Vieira Pinto, foi a fase em que se procedeu a uma revisão crítica das teses nacional-desenvolvimentistas. Decorridos os cinco anos do governo desenvolvimentista de JK, verificou-se que o país cresceu economicamente – com a consolidação do capitalismo industrial –, mas não resolveu em profundidade suas graves e históricas desigualdades sociais e regionais. A perspectiva

abrangente do ISEB é contemporânea e essencialmente coerente com a visão predominantemente econômica da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, órgão ligado à ONU (Organização das Nações Unidas), que completará, em 2008, o 60º aniversário. A importância da instituição está no fato de ter dado origem à primeira escola de pensamento latino-americano de influência mundial.

A comissão alcançou grande fama principalmente durante as décadas de 50 e 60, com estudos sobre o subdesenvolvimento e a dependência da América Latina. Na verdade, foram os estudos do economista argentino Raúl Prebisch que abriram o debate em torno da situação peculiar do continente dentro do sistema econômico internacional.

As contribuições teóricas mais importantes de Prebisch referem-se à dinâmica do sistema centro-periferia e aos desequilíbrios estruturais engendrados nas economias periféricas pelo surgimento do novo centro principal, os Estados Unidos. O subdesenvolvimento, no pensamento da CEPAL, não significava apenas uma fase, mas era algo diferente cuja especificidade ainda devia ser captada.

Passados 50 anos, os isebianos sintonizavam-se com a dinâmica das lutas sociais e políticas presentes na sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960. Durante os nove anos de existência do Instituto, se posicionaram ativamente contra as constantes ameaças ao regime democrático brasileiro. No Brasil contemporâneo, o ISEB foi a instituição cultural que melhor simbolizou ou concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de um país.

O desenvolvimento nacional e a produção da cultura por meio da pesquisa científica

Em sua aula inaugural² do Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pronunciada em 14 de maio de 1956, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, Vieira Pinto afirmou que “jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e inquieta a realidade brasileira”.

Para Vieira Pinto, todo avanço histórico é produto das idéias possuídas por um grupo social num dado tempo. As representações ou significações que produzimos sobre a realidade presente inspiram nossos projetos futuros. “Não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade e eficácia o projeto que decorre do que concebemos como sendo a realidade presente” (Pinto, 1956, p. 18).

² PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1956. A aula inaugural, sistematizada na referida obra, será, neste momento, nosso principal objeto de reflexão sobre o tema.

A presença do Ser no que denominamos mundo presente existe como realidade histórica enquanto representação e valoração do anteposto. Nesta perspectiva, a compreensão do mundo objetivo é condição fundamental para a elaboração do projeto de futuro, isto é, o futuro se produz continuamente no presente. Essas considerações esclarecem o significado atribuído por Vieira Pinto ao “desenvolvimento nacional”. A primeira premissa destacada pelo autor é que “*o desenvolvimento nacional é um processo*”.

Significa compreende-lo como um movimento dinâmico e orgânico que encontra sua definição na finalidade a que se dirige. “Daqui se descortina a possibilidade da ideologia do desenvolvimento nacional ser não um esquema conceitual, abstrato e improdutivo, mas uma concepção geral (geral, não abstrata) de que decorrem linhas inteligíveis de ação prática rigorosa” (ibid, p. 21).

Por complemento, é preciso descobrir a unidade do desenvolvimento. Esta é fundamental para a estruturação da ação construtiva, isto é, para o planejamento. Como processo supõe unidade, esta só pode realizar-se, nas sociedades politicamente democráticas, pela soma de decisões voluntárias convergentes. Conclui-se que “o que determina a ação deliberada é a idéia presente na consciência de cada homem”. Assim, a promoção do desenvolvimento depende das idéias e do grau de desenvolvimento das consciências. Para tornar possível a unidade imprescindível ao processo de desenvolvimento nacional é necessário “que aquilo que em cada consciência privada é uma idéia, seja socialmente *uma ideologia*”.

Nas palavras de Vieira Pinto, naquele momento histórico, surgia a consciência da realidade brasileira. Mas por que naquele momento? Não tivemos, até então, intelectuais capacitados e engajados na formulação dos problemas nacionais no âmbito de uma formulação histórica de conjunto? “Quais sejam as causas dessa transmutação, temos de encontrá-las no processo social da fase colonial, que termina por criar um conjunto de condições materiais em que cada vez mais se vai impondo a configuração de sujeito nacional no lugar da de objeto colonial” (ibid, p.25).

Até então, na reflexão de Vieira Pinto, a consciência que possuíamos de nós mesmos era inautêntica. Estávamos entregues ao ponto de vista alheio, munidos de um aparelhamento conceitual recebido de fora. É próprio da colônia ser e comportar-se como objeto que tem em outro seu sujeito. O despreparo cultural revelava a falta de “instrumento conceitual indispensável que só uma compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situavam e ultrapassar o finitismo de sua visão” (ibid, p.11). A capacidade de análise e compreensão dos observadores era parcial, um recorte da realidade.

Em ambos os casos, na imagem anterior como na visão atual, a realidade só existe quando interpretada. Não há dados puros, não há fatos em si. Todo dado e todo fato só é tal no contexto de um discurso interpretativo, que por sua vez só pode ser feito com caráter significativo, em função de conceitos superiores de apreciação, ou categorias. Estas são, em última análise, idéias, e na medida em que delas deflui a possibilidade de interpretação do curso dos fatos, o processo mesmo, como dissemos, ganha objetivamente nitidez e aceleração por força das idéias que o interpretam (Vieira Pinto, 1956, p. 27).

Portanto, o projeto de desenvolvimento só poderia receber ações coerentes quando submetido a conceitos reguladores. Assim, Vieira Pinto enuncia sua tese central em **Ideologia e desenvolvimento nacional**: “*sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional*”. Como conseqüência e complemento desta, afirma que “*a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa*”.

Por meio desta tese, a afirmação propositiva de que as idéias motrizes do projeto de desenvolvimento nacional têm que estar na consciência popular. Desta concepção, Vieira Pinto coloca a terceira e quarta afirmação: “*o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas*” e “*a ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas*”.

A partir de tais afirmações, é imprescindível questionar: como será possível promover o progresso da ideologia da consciência nacional? Por que meios é possível favorecer essa difusão? Por meio da cultura e educação das massas.

No capítulo "Teoria da cultura", do livro *Ciência e existência* (1969, p.125), Vieira Pinto alerta que a realidade da cultura apresenta dupla face. Por uma, se materializa em "instrumentos, objetos manufaturados e produtos de uso corrente"; por outra, constitui "idéias abstratas, concepções da realidade, conhecimentos dos fenômenos e criações da imaginação artística", sendo ambas as faces correlacionadas pelas respectivas técnicas, o que faz com que o estudioso menos avisado se desoriente ao conceituar a cultura, "pois tem dificuldade em utilizar o método necessário para chegar à formulação racional do plano cultural em totalidade".

Nessas condições, a cultura aparece, "no estado atual, como um infinito complexo de conhecimentos científicos, de criações artísticas, de operações técnicas, de fabricação de

objetos, máquinas, artefatos e mil outros produtos da inteligência humana". Daí, a dificuldade de se chegar a um conceito unificado de cultura que permita atingir uma compreensão coerente das múltiplas e diversificadas manifestações culturais. Para chegar a esse resultado, Vieira Pinto entende ser necessário "assumir o ponto de vista genético, ligado a uma filosofia existencial e servido pela lógica dialética". Por esse caminho será possível descobrir "a verdadeira realidade da cultura e seu fundamento no processo da produção".

A análise existencial sobre os processos de produção revela, ao analisar a questão da consciência, um filão dialético: a "preocupação por" um objeto ou dado da realidade com a "ocupação" do ser humano exterioriza-se numa forma socialmente definida de trabalho. Em particular, no caso do pesquisador científico, essa relação de reciprocidade entre o objeto e a consciência ganha delineamentos especiais.

No caso do trabalho de pesquisa científica o objeto real é simultaneamente o conhecido e o desconhecido. "O que há de conhecido serve de suporte para a verdadeira preocupação da consciência: atingir os aspectos inteligíveis ainda ocultos" (Pinto, 1979, p. 500). A consciência pesquisadora está determinada pelo que supõe que vai saber, transformando o desconhecido em conhecido. O aspecto prático que a conduz a plena realização da autoconsciência, é dirigido pela atitude metódica a qual chamamos de método.

A descoberta de si como fonte e executora do método de descobrir o desconhecido da realidade objetiva constitui a forma mais perfeita da realização da consciência pois, pois a revela como simultânea unidade do pensar o ser existente independentemente dela e do pensar a si mesma como o centro do qual emana a ação inteligível capaz de refletir o ser objetivo (Pinto, 1979, p. 502).

A alteração na consciência alarga a área de representação subjetiva que, simultaneamente, vai racionalizando os conteúdos objetivos da realidade. As considerações de Vieira Pinto sobre o aspecto existencial da realidade do pesquisador têm por fundamento o conceito de trabalho. Qual seria, então, a especificidade do trabalho do pesquisador científico? O projeto de ser consiste em conhecer! Por meio do projeto da consciência, da investigação científica, o ser do trabalhador se realiza objetiva, histórica e socialmente.

Dito isso, o pesquisador não pode omitir-se da sua condição e dos condicionamentos sociais que influenciam a pesquisa científica. O pesquisador deve igualmente desenvolver a consciência da sua responsabilidade social, saber porque age da maneira que age em função da situação objetiva em que vive.

Considerações finais

Vieira Pinto discorre suas reflexões para um fim que exige, antes de tudo, um “alerta intelectual”. Para desenvolver este hábito, é necessário aceitar o problema e ensinar o pesquisador que todo ato intelectual que pratica é sempre ou produto da consciência ingênua ou da consciência crítica. Assim, a preparação filosófica do pesquisador deve ser uma etapa da escolaridade de sua formação profissional, pois está em jogo toda a sua obra futura.

A ciência se mostra constantemente determinada pelo seu desenvolvimento histórico: “todo saber é histórico não pelo fato exterior de surgir em certa época, não porque transcorre no curso do tempo, mas porque decorre do fluxo do tempo, do passado existente em cada momento” (Pinto, 1979, p. 520). Por isso, é fundamental para a constituição da teoria epistemológica que a historicidade do mundo seja concebida juntamente com a historicidade da consciência, do pensamento humano.

Infelizmente, Álvaro Vieira Pinto é pouco conhecido pela academia. Para muitos, seu nome encontra-se timidamente vinculado às leituras de Paulo Freire pois, *em Educação como prática da liberdade* há diversas passagens onde Freire registra a importância e influência da obra do filósofo a quem chama de “mestre brasileiro”.

Os textos de Vieira Pinto nos provocam a sensação de ter acompanhado uma aventura em busca da “aceleração do tempo histórico”, que traz aspectos que nos são familiares acompanhados de visões novas e muito significativas na história das idéias discutidas na academia atualmente.

A obra *Consciência e realidade nacional*, escrita em dois volumes – consciência ingênua e consciência crítica - com mais de 600 páginas cada, traz reflexões iniciadas em *Ideologia e desenvolvimento nacional*, onde sistematiza conceitos como amanuidade, morfologia da consciência nacional, história e trabalho, entre outros. A obra *Pensamento crítico em demografia*, escrita no período em que estave no Chile, ainda não está disponível no Brasil. Talvez, as produções mais familiares sejam *Sete lições sobre educação de adultos*, *Questão da universidade e Ciência e existência*.

Nesta última obra, deixa claro que o pesquisador não pode omitir-se em tomar consciência de sua condição, pois é a sociedade que engendra o conhecimento histórico de que necessita e lhe dá os recursos ideais e materiais, que possibilitarão o desempenho do seu trabalho. Como a sociedade não é homogênea, o pesquisador terá, também, de confrontar o projeto de existência com o condicionamento que lhe advém da posição na sociedade.

Por fim, um alerta nas palavras de Vieira Pinto (1979, p. 514),

A responsabilidade social do pesquisador deve leva-lo ao cultivo do pensar crítico por duplo motivo: para não se deixar enganar, pelos “ídolos” do seu tempo, no sentido em que Bacon os apontou, e que seriam imensamente prejudiciais ao êxito do trabalho pessoal; e para não se tornar porta-voz de concepções equivocadas que se difundirão na sociedade, e irão constituir um peso morto contrariando o progresso das idéias culturais vigentes, prejudicando os pesquisadores contemporâneos e vindouros.

Contra esses e outros males só existe o recurso do pensar crítico.

Referências bibliográficas

FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama.**

São Paulo: Cortez, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional.** Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Consciência e Realidade Nacional.** 2vols. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Sete Lições sobre a Educação de Adultos.** 12ªed. São Paulo: Cortez- Autores Associados, 1991.

_____. **Questão da Universidade.** São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.